

Sumário

1 Introdução	1
2 Denúncia Espontânea.....	5
2.1 Considerações preliminares	5
2.2 Origens, definição, natureza jurídica e requisitos.....	7
2.3 Denúncia espontânea e multa de mora	16
2.4 Pagamento intempestivo de tributos declarados e não declarados sujeitos ao lançamento por homologação	21
2.5 Aplicabilidade (ou não) da denúncia espontânea às obrigações acessórias	37
2.6 Denúncia espontânea e parcelamento	50
2.7 Denúncia espontânea e depósito judicial	59
3 Entendimento da Denúncia Espontânea pela RFB	69
3.1 Principais normativos da RFB sobre denúncia espontânea.....	70
3.2 Tratamento da obrigação principal	78
3.3 Tratamento da obrigação acessória	84
3.3.1 DCTF.....	85
3.3.2 DCTF-Web	90
3.3.3 ECF	96
3.3.4 DIRF	100
3.3.5 EFD-C	103

4 Monitoramento de Maiores Contribuintes da RFB	107
4.1 Panorama da área de Monitoramento de Maiores Contribuintes da RFB	110
4.1.1 Origem e natureza das atividades do Monitoramento	111
4.1.2 Estrutura do Monitoramento (alocação de custos administrativos) e objetivos	119
4.1.3 Monitoramento, espontaneidade e denúncia espontânea.....	127
4.1.4 Instrumentos de comunicação do Monitoramento com o contribuinte e quebra da espontaneidade “ <i>stricto sensu</i> ”	147
4.2 Indícios (hipotéticos) decorrentes do cruzamento de dados e/ou das análises conduzidas pelo Monitoramento e a aplicação da denúncia espontânea.....	158
4.3 Algumas iniciativas de conformidade fora da RFB.....	169
4.4 Imprecisão do termo “autorregularização”	177
4.5 Gradação das penas	196
5 Conclusão	207
Referências Bibliográficas.....	215
Anexo I – Quadro Sinótico 1: Visão da Doutrina sobre o Instituto da Denúncia Espontânea	241
Anexo II – Quadro Sinótico 2: Visão da Jurisprudência (STJ) e da RFB sobre o Instituto da Denúncia Espontânea.....	261